

SOUSA GALITO, Maria (2006). Conselheiro Eduardo Jorge Silva. In (2007) Trinta Entrevistas no Âmbito da Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico. CI-CPRI, ENT, N.º12, pp. 91-103.

ENT: Entrevistas



Entrevistado: *Conselheiro Eduardo Jorge Silva*
Embaixada de Cabo Verde

Dia: 14 de Dezembro 2006, 16h
Local: Av. Do Restelo, n.º 33 – Lisboa
Duração da entrevista: 65m41s

MSG (Maria Sousa Galito), EJS (Eduardo Jorge Silva)

MSG: *Muito obrigada, Sr. Conselheiro, pela oportunidade que me concede. Gostaria de fazer-lhe umas perguntas sobre as relações entre Cabo Verde e Portugal ao nível da diplomacia económica; sobre a ajuda estadual à internacionalização das empresas, à promoção das exportações e à captação de Investimento Directo Estrangeiro (IDE).*

EJS: «São muitas perguntas numa só. Vamos por partes. No âmbito da diplomacia económica, Cabo Verde não tem um percurso tão extenso quanto isso.

«A diplomacia económica de Cabo Verde acaba por surgir, enquanto tal, a partir de 1991. O processo de abertura ao investimento externo começa com o III Congresso PAICV¹, com a extroversão económica. É a primeira vez que, politicamente, se declara disponibilidade para atrair investimento – por volta de 1988/89.

«A Declaração da Extroversão em 1988/89 é o primeiro sintoma de que o sistema político está a abrir-se, após a fase mais centralizadora de 1975 até meados nos anos 80, com as crises de dívida pública ao desenvolvimento havendo, pois, necessidade de partilhar ideias para complementar esforços que incluíssem a atracção de investimento externo.

«A extroversão que se dá em 1988, incentiva ao aparecimento de núcleos mínimos de relações económicas no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros – até então havia enquanto designação, mas não tinha nenhuma repercussão prática.

¹ PAIGC: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, actualmente PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

«Com a abertura política em 1991, aparecem núcleos que vão viver actividade e crescimento acelerados. Até porque vai surgir um instrumento importante, que se chama o Promex, um Centro de Promoção das Exportações que vai integrar empresas francas, leis para regular o investimento externo, etc. Refiro-me a um pacote relativamente extenso de legislação que vai surgir em catadupa, e que vai materializar a margem de manobra para o investidor externo.

«A abertura política vem, rapidamente, pôr a nu a necessidade de fazer potenciar esses instrumentos e de os transformar em reais instrumentos de intervenção, que serão retomados pelo novo regime – que começa com as eleições de 1991, com a ascensão do MPD, herdeiro político do partido centralizador, formado por quadros jovens que, através de um sistema de dissidência, acabam por gerar a oposição política. É o próprio PAICV que envia os seus membros para o exterior para que possam instruir-se e, assim, criar a alternância política necessária.

«De facto, a diplomacia económica não podia aparecer antes dessa disponibilidade para captar o investimento externo. Mas nesta matéria, actualmente, ainda há dificuldades de articulação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia. Mas não acho que se trate apenas de um problema nosso; essa dificuldade de articulação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia acaba por existir em muitos países. Estamos a falar de duas estruturas de lógicas sumamente diferentes, e que têm de se cruzar em prol de objectivos concretos.

«Portanto, quando lidamos com o princípio privado de gestão e com o princípio público de gestão, sabemos que estes podem ser, em alguma medida, contraditórios. A diplomacia económica coloca o público a responder a necessidades do privado mas também do público.

«Ou seja, a diplomacia económica lida com filosofias diferentes para resultados complementares. A sintonia não é fácil em lado nenhum. Enfim, os sistemas anglo-saxónicos têm lidado melhor com estas matérias, do que os sistemas mais marcados pelo direito romano – nos quais o lado público acaba por entrar em grande conflituosidade com o lado privado.

«Mas para falar curto, a partir da extroversão, houve uma inserção de Cabo Verde na economia mundial – medida basilar na estratégia do MPD – e surge uma necessidade nova: a de encontrar instrumentos que se coadunem. Verifica-se alguma conflituosidade entre o Ministério da Economia (que começa a integrar o “Comércio Externo” e as “Finanças”) e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (que passa a integrar a “cooperação”, que não tinham antes – tudo é que público), quase uma guerra de protagonismo que talvez se justifique por as duas instâncias serem relativamente recentes.

«Esta concorrência não deixa de ser positiva, por um lado, ao obrigar as duas estruturas a procurarem definições mais concretas. Mas, por outro lado, limita a capacidade real de intervenção, porque começa a registar-se uma espécie de “puxa-puxa” O Promex assume-se como o único receptor de investimentos externos, acabando por conflitar regularmente com as embaixadas – pois o processo que eu enviei, torna-se no processo que já não posso acompanhar.

«Chegou a haver solicitações para que o Promex, enquanto instrumento do Ministério da Economia, tivesse representação no exterior – como por exemplo na Itália e nos EUA, países nos quais Cabo Verde chegou a criar uma Delegação do Promex, mas com resultados finais abaixo das expectativas.

«Em parte, é compreensível que assim tenha acontecido. O Ministério da Economia não possui uma rede externa, nem consegue manter o diálogo externo – alguns dos seus Delegados, pese embora bons promotores das exportações, nem sempre são suficientemente experientes em relações internacionais para evitarem dificuldades com poderes públicos instalados.

«Por outro lado, é-lhes vedado o acesso a certas áreas, porque a diplomacia ainda é muito marcada pelas *senhoridades*. Sobretudo se o assunto é sério, o embaixador não fala com toda a gente, apesar da sua aparente verborreia. Portanto, medidas avulsas acabaram por enfrentar várias contrariedades, porque os Delegados não tiveram suficiente espaço de acção para obter os resultados desejados.»

MSG: *Essas aparentes dificuldades de coordenação interministeriais, e de actuação no terreno, podem limitar o plano de apoio às empresas nacionais no exterior? As empresas às vezes solicitam os serviços do Sr. Embaixador, de forma a obter contactos, a participarem em feiras de negócios, a onde se dirigir.*

EJS: «E dificulta, porquê? A empresa é uma estrutura que, geralmente, precisa de respostas rápidas. A relação com a embaixada, é a relação mais próxima e rápida que a empresa tem. Numa primeira fase no processo, a empresa nacional recorre à sua embaixada no país de destino. Mas só na primeira fase.

«A empresa quer que eu lhe facilite o acesso ao mercado. Almeja uma boa ligação orgânica entre mim e os serviços que tratam do investimento externo, para que a empresa percorra um caminho mais simples. É um processo de construção de sistema, dificultado se houver disfunções entre entidades – até porque somos de áreas diferentes.

«O tipo de administração, herdada do colonialismo, é muito à base de *capelinhas* (capelinha de um Ministro, capelinha do outro Ministro, etc.). Portanto, durante muito tempo, houve dificuldades com base nessa disfunção entre Negócios Estrangeiros e Economia. Refiro-me a um processo de adaptação que corresponde, talvez, à primeira fase de Governo do MPD – de aproximadamente cinco anos, pós-91.

«Na segunda fase do Governo do MPD – entre 95/96 e o ano 2000 – já é uma fase em que esses problemas começam a ser amenizados; em que passa a haver uma maior harmonia no sistema público. E em que as estruturas externas começam a integrar-se – por exemplo a embaixada de Portugal na cidade da Praia, a embaixada de Itália em Dakar (Senegal).

«Em Cabo Verde, surgem estruturas mais flexíveis, graças ao aumento do investimento efectivamente externo, mas também do investimento levado a efeito por emigrantes.

«A lei do investimento externo, que é muito mais antiga, vai sofrendo sucessivas melhorias. Desde o princípio que essa lei foi muito boa, é preciso reconhecê-lo. Em Cabo Verde, há um quadro legal favorável ao investimento, que oferece uma série de

facilidades que vão desde isenções fiscais, a agilidades na instalação ou na importação; sendo que a medida mais emblemática dessa lei, é talvez a isenção de impostos durante cinco anos, para todo o investidor estrangeiro que investe em Cabo Verde. E a isenção, para cinco anos complementares, mediante requisitos que não são praticamente nenhuns.

«Faço um parêntesis. Para nós, “investimento externo” não é necessariamente investimento estrangeiro, mas todo o investimento efectuado em Cabo Verde cujo capital provenha “de fora” do país. Por exemplo, um cabo-verdiano que invista, em Cabo Verde, capital que conseguiu reunir fora do país, é considerado um investidor externo.

«Aliás, estamos a trabalhar o quadro do investidor emigrante – para uma subdivisão da lei cabo-verdiana para o investimento externo, mas ainda não está aprovada a legislação – com o objectivo de discutir medidas que lhe atribuam um estatuto privilegiado, regra geral por ser um pequeno investidor, e por ser um nacional que emigrou mas regressou bem sucedido.»

MSG: *Os emigrantes contribuem para 10% do PIB e sempre tiveram um papel político relevante na vida de Cabo Verde?*

EJS: «Mais, muito mais. Em Cabo Verde, os emigrantes representam 19-25% do PIB nacional (dados do Banco Central de Cabo Verde).

«Mas as estatísticas variam consideravelmente, e conforme a fonte. Há estatísticas que apenas consideram as transferências líquidas (capital), mas descuram o *volume de bens* que entra pelas fronteiras. Isto quando emigrantes cabo-verdianos enviam boa parte do capital sob a forma de bens (transferências em géneros), que não são para utilização própria mas para comercialização. Essa é uma componente importantíssima.

«Por exemplo, o grosso da remessa de emigrantes proveniente dos EUA, não chega a Cabo Verde em dinheiro mas em *bidões*. Todos os dias chegam barcos aos portos cabo-verdianos com fortunas em bidões – com azeite, óleo, ouro, tudo o que possa ser vendido.

MSG: *A diplomacia económica em Cabo Verde investe muito nas pessoas? São o grande factor de desenvolvimento? Cabo Verde aposta na sua cultura, no seu turismo? Se assim for, influencia a sua diplomacia económica com Portugal?*

EJS: «Tenho estado a desenvolver o quadro institucional, que sofreu algumas dificuldades de desenvolvimento, mas passemos a falar mais do Investimento externo enquanto tal.

«Quando se estuda a questão do investimento externo em Cabo Verde, pesam alguns factores: haver pouca disponibilidade de terra; mão-de-obra bem qualificada mas talvez custosa – por os padrões de vida serem relativamente elevados, comparados com a sub-região; outros factores como a água e a energia, que Cabo Verde talvez não produza em condições muito atractivas.

«O que pode Cabo Verde vender? O que tem para oferecer? Antes de mais, a estabilidade. Cabo Verde deve ser o único país africano que não conheceu nenhuma guerra – a menos que tenha começado há dois minutos e eu não tenha dado conta (risos). Em África é uma raridade, uma preciosidade.

«Cabo Verde oferece *ambiente financeiro estável* – não apenas por razões internas, mas porque, desde cedo, optou por um acordo de paridade fixa com o (então) escudo português, que passou a ser uma garantia de estabilidade financeira para o investidor europeu. Na altura, já havia o ECU, depois passou a haver o EURO e a paridade fixa com a moeda cabo-verdiana manteve-se, garantindo que a inflação em Cabo Verde não se transformasse num problema sério.

«O volume da nossa economia é insignificante quando comparado com o mercado europeu, não tem nenhuma repercussão inflacionária no EURO. Portanto, o EURO garante-nos sempre uma grande estabilidade financeira. Somos um país do chamado Terceiro Mundo mas a inflação em Cabo Verde chega a aproximar-se dos 0%, o que só é compreensível quando a inflação real é compensada pela estabilidade da moeda.

«Cabo Verde oferece *estabilidade política*. Podemos dizer ao investidor que vai aplicar o seu capital num país onde não há guerra, e que é uma Democracia instalada com rotatividade entre presidências. O nosso actual Presidente ganhou, pela primeira vez, com uma margem de 12 votos. 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12 votos.»

MSG: *Basta ganhar por um voto.*

EJS: «Com 12 votos de diferença. Á segunda volta, ganhou com mais cento e tal votos que o adversário político, o Dr. Carlos Veiga. Refiro-me a duas das grandes figuras da actualidade cabo-verdiana: *Pires*, o Homem que liderou o governo no período pós-independência; *Veiga*, o homem que liderou o governo do pós-abertura política. Confrontaram-se politicamente duas vezes. Portanto, Cabo Verde possui um Governo estável, que já possui alguma maturidade.

«Cabo Verde oferece *estabilidade económica*. Mão-de-obra talvez cara para a sub-região, mas relativamente qualificada ou, pelo menos, letrada. O nível de analfabetismo é dos mais baixos de África, roda os vinte e tal por cento – há ilhas com analfabetismo residual, referente a pessoas de faixa etária elevada, que nunca aprenderam a ler e a escrever, e já não planeiam fazê-lo.

«Estamos a falar de um país insular com ecologia difícil. As vulnerabilidades de Cabo Verde são enormes mas, por outro lado, estão pouco exploradas porque a industrialização é um processo que tende a arrastar-se por algum tempo até atingir níveis importantes.

«Cabo Verde consegue oferecer paisagens de rara beleza, e de uma rara “pureza” – no sentido de “pouco tocadas” do ponto de vista ecológico. Temos um clima que pode favorecer o turismo.

«No âmbito da diplomacia económica, foram estabelecidos vários acordos. Em teoria, o mercado da CDO abre-nos *uma auto-estrada* – só não pode ser pela água, porque Cabo Verde é um arquipélago – do ponto de vista legal (risos). O continente – a zona oeste

africana – possui aproximadamente 800 milhões de habitantes e é uma extensão do nosso mercado interno.

«Por outro lado, estamos a falar de acordos preferenciais com os EUA e com o Canadá, com organismos muito semelhantes. Depois há uma grande proximidade com o Brasil e, através do Brasil, com a Mercosul (com a qual temos laços económicos crescentes).

«Com a União Europeia sempre tivemos relações no âmbito da emigração e no âmbito cultural. No que concerne à ex-potência colonizadora – Portugal – conservou-se uma relação de facilitação/proximidade institucional, e de alguma segurança das instituições, sobretudo no âmbito legal, que dão alguma estabilidade ao investidor.

«Para além do quadro ACP-UE, que oferece facilidades de exportação para destinos europeus, temos também um processo complementar, em que a diplomacia económica está particularmente envolvida, que envolve a criação de uma parceria estratégica com a União Europeia – longe de ser a tentativa de Cabo Verde entrar na UE, como muito se divulgou. A ideia é criar um quadro privilegiado.»

MSG: *Portugal tem um papel a desempenhar nessas relações privilegiadas entre Cabo Verde e a União Europeia, ou poderá estar a ser suplantado por outros países como a Itália – talvez grandes investidores em Cabo Verde?*

EJS: «São duas coisas diferentes. Portugal não é, nem pode ser, ultrapassado por nenhum outro país em Cabo Verde – e não é o diplomata que trabalha em Portugal que está a tentar dizer bem do seu ganha-pão (risos). É uma realidade histórica. Não há como contornar a relação entre Cabo Verde e Portugal, mesmo na nossa relação com a Europa. Até porque não nos interessa que haja como.

«Estamos convencidos que somos um parceiro estratégico importante para Portugal – na modéstia da nossa dimensão. Não é por acaso que, em certos sectores, Portugal chega a ter maior volume de exportações com Cabo Verde do que com Angola. Por exemplo, nas Telecomunicações (Portugal Telecom), no volume de negócios, e até no tipo de tecnologia transaccionada – neste momento, connosco é mais avançada.

«Portanto, com Portugal temos uma aliança estratégica que muito dificilmente a História pode por em causa. Porque é uma relação que se baseia em todo um percurso histórico de identificações mútuas. Culturalmente, Cabo Verde mantém tradições de matiz portuguesas. Ao mesmo tempo, Cabo Verde também é África. Estamos na CDO. Portugal sempre foi um gestor de relações entre a Europa e a África.»

MSG: *Pergunto-lhe sobre a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).*

EJS: «Em relações Internacionais, em diplomacia, é preciso obter resultados. Mas na maioria dos processos diplomáticos, é *muito agricultura*: é preciso ter paciência para semear e cuidar da plantinha, antes de obter frutos algum tempo depois.

«Isso de pensar que, em diplomacia, se cria hoje uma Organização Internacional de raiz, para se obter resultados amanhã, é...

MSG: *Muito difícil?*

EJS: «É voluntarismo de quem não conhece a área. Nem é “difícil”, é “impossível”. Nenhuma organização internacional que se conheça – a ONU tem o tempo que tem, a União Europeia também – confere resultados em meia dúzia de anos.

«Não nos referimos à criação de uma instituição que o Estado cria, definindo os seus parâmetros; mas a uma instituição criada por vários Estados, com o objectivo de se entenderem sobre o que “isto e aquilo significa”; depois sobre o que “vão fazer”, antes de o levar a efeito. São processos sequenciais que não podem ser ultrapassados.

«Nos jornais aparece que a “CPLP não faz nada”. Sinceramente, não é bem assim. A lógica das organizações internacionais – como a CPLP – é uma lógica de consensos. Não há quotas de votação, cada um vota uma vez. Portugal vota tanto quanto o Cabo Verde, Cabo Verde vota tanto quanto o Brasil.

«Quando se quer fazer alguma coisa, vai-se buscar uma machadinha e cortar todos os pedaços ao tronco que não interessam, até obter a ponta mais desejada. O outro vai fazer a mesma coisa. Essas pontas devem poder ser articuladas, para formar uma nova árvore. Isto não é automático. Se se cortar sempre a mesma ponta, como é que se vai permitir que a raiz da árvore se desenvolva? Se todos querem frutos, quem vai fazer o tronco? Portanto, a ideia é obter consensos para juntar partes e, assim, deixar crescer a árvore.

«Se assim é, pensar que os resultados são rápidos, é uma abstracção absoluta. Primeiro há que criar as “condições” – sobretudo porque a Organização Internacional começa por ser *política*. Primeiro, obtém-se um espaço de entendimento político. Só depois é que poderão ser aglomerados os outros processos.

«A CPLP só é um fracasso – como escrevem nos jornais e, no meu entender, injustamente – se as pessoas partirem do princípio que a CPLP devia estar a enviar milho para Angola, *cachupa* para Cabo Verde, e coisas do género.

«Se for uma Organização Internacional em que se projecta uma lógica cultural, política, diplomática para o futuro, então, dez anos depois a CPLP está onde podia estar. Não há muito mais a pedir.

«A CPLP tem uma série de acordos de parceria extremamente interessantes – por exemplo, no âmbito dos direitos humanos, da agricultura e da SIDA – com as Nações Unidas. Há uma parceria com a União Europeia, que está a avançar rapidamente. Refiro-me a uma série de acordos/protocolos que permitem um maior *espaço de manobra* que a CPLP antes não possuía. Refiro-me a um maior reconhecimento internacional. Isso não se obtém por decreto, ou através de um anúncio no jornal.

«A CPLP existe. “E eu com isso? Quero saber o que são capazes de fazer.” O que implica que a CPLP deve *preparar-se para fazer*.

«A CPLP está a atravessar uma fase boa, ao cumprir o seu décimo aniversário neste ano de 2006. Neste processo, a CPLP conseguiu garantir a sua estrutura, para enfim começar a *desenvolver os seus músculos*.

«Há anos atrás, a CPLP era um decreto assinado por meia dúzia de Presidentes. Hoje em dia, é uma Organização Internacional credível, reconhecida no sistema das Nações Unidas, na União Europeia, na CDO, é parceira da União Africana, etc. A CPLP possui um quadro de relações institucionais que dinamizam/facilitam/intermedeiam contactos entre os Estados-Membros.

«Do ponto de vista puramente materialista, é possível dizer que a CPLP ainda não possui programa de cooperação que avance. Mas não é por acaso que a CPLP tenha dinamizado, de uma maneira absolutamente fantástica, as relações entre os seus Estados-Membros. Portugal e Brasil, Angola e Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, nunca estiveram tão perto uns dos outros. Este resultado foi obtido graças à CPLP.

«É a CPLP enquanto secretariado-executivo, mas talvez mais a dinâmica que acompanha a vontade política afirmada através do secretariado. Todos os anos, há conselhos sectoriais – dos Ministros da Defesa, da Agricultura, da Justiça, da Educação, do Emprego, etc.). Praticamente todos os sectores possuem uma plataforma ministerial funcional que, antes, não possuía necessariamente relações directas com o secretariado-executivo, mas que existia por si só.

«Este processo pode não oferecer resultados imediatos, porém, as pessoas falam a mesma Língua, conhecem-se, trocam conhecimentos e experiências.

«A própria União Europeia começou no Tratado de Roma. Tem vivido um processo de desenvolvimento que dura há décadas, mesmo quando organizada por países com proximidade geográfica e capacidade de investimento muito superior ao que existe na CPLP. E a CPLP ainda só celebrou dez anos. Há quem se esqueça desse pormenor.»

MSG: *A União Europeia avançou para uma União Económica e Monetária, com uma moeda única. No seio da CPLP há vontade política para avançar para um projecto mais económico? Sê-lo-á possível, quando os Estados-Membros pertencem talvez a blocos regionais diferentes? Sê-lo-á possível se CPLP for mais utilizada como plataforma intermédia para chegar a outros destinos/mercados, como a União Europeia? A CPLP é um projecto mais cultural, linguístico ou mesmo político, ou é/pode ser também económico?*

EJS: «A diplomacia em geral, mas igualmente a económica, já não capitula numa situação que foi constrangedora e difícil de contornar durante muitos anos: a polaridade quase fixa. Actualmente, não é necessário ser membro exclusivo do clube. A multipolaridade é hoje uma realidade. Vivemos num mundo globalizado, liberalizado e, em certo sentido, democratizado. Logo, não pode impor-se uma linguagem paralela, contrária a esta tendência globalizante.

«Pode perguntar-me, onde é que CPLP está no meio disto tudo? A CPLP não possui talvez as mesmas facilidades de uma organização regional entre países vizinhos. Mas será que a CPLP não possuirá um valor em si? Não constituirá rede extremamente útil para este pequeno grupo de países? Não será uma rede de fácil viabilização, por obrigar a um conhecimento profundo e muito eficiente entre Estados-Membros separados geograficamente? Implica um nível de coordenação política. A disponibilidade/vontade política é aqui fundamental.

«Na CPLP há limitações, decorrentes da descontinuidade geográfica, e da heterogeneidade entre os níveis económicos e sociais dos seus Estados-Membros.

«No seio da CPLP, deve apostar-se num conhecimento recíproco; deve haver mais solidariedade, numa lógica de cooperação. Os países que vivem num estágio de desenvolvimento mais avançado, devem ajudar os outros; não necessariamente através de fluxos financeiros, mas facultando contactos e acessos, e a União Europeia é um caso paradigmático. Aceder à União Europeia e às suas ajudas ao desenvolvimento, pode ser fundamental.

«Quanto mais homogéneos forem os países, mais complementares poderão ser para os seus parceiros – ao nível cultural, político.

«Este processo também tem um carácter voluntarista: “acredito no meu sonho e ponto final”. Mas proponha outra forma de desenvolver o chamado Terceiro Mundo?

«Se não acreditar no seu sonho – não aquele que se tem à noite, mas enquanto construção intelectual para um objectivo definido – e não for um pouco voluntarista, desista, porque as desigualdades estão a aprofundar-se. A SIDA é hoje um flagelo em África, a fome não está a diminuir, os recursos não estão a aumentar, a distribuição da riqueza não tem sido mais equitativa, etc. Se eu apontar todos os factores negativos, vou desanimar o investidor.

«Tem de haver investimento político e um certo voluntarismo de quem vive em maior conforto, para transformar realidades nos países em desenvolvimento. Aquele que apenas se mover por dinâmicas económicas, vira costas a grande parte do planeta que está condenado a sofrer ou mesmo a morrer.»

MSG: *O que me está a dizer é que os países desenvolvidos devem programar mais AID – Ajuda ao Investimento e ao Desenvolvimento – para África, por exemplo? Mas será melhor uma lógica de dar/receber que pode não potenciar uma dinâmica empresarial, nos países de destino, mas tão só prolongar um estágio de dependência e estagnação? Ou apostar em iniciativas diferentes, como o Microcrédito?*

EJS: «Não pode separar uma coisa da outra. Solidariedade, não se refere apenas a um sistema do tipo “dar e receber”. Solidariedade também implica “oferecer espaço”, dar o anzol mais que o peixe. Se me der os instrumentos que me permitam competir no mercado em melhores condições que aquela que eu tenho à partida, você não me está a oferecer nada, está a dar-me a possibilidade de negociar consigo.

«Quem vai a Angola, com uma perspectiva de sacar petróleo e dizer “tchau”, pode fazê-lo durante dez anos. Se for a Angola para instalar uma empresa com responsabilidade social, ganha dinheiro na mesma, mas talvez durante três ou quatro décadas. Aí reside a diferença.

«Solidariedade tem muito a ver com o direito de sobrevivência; admite-se uma certa disponibilidade para aceitar que o outro subsista em condições de dignidade, logo, não se descartam instrumentos que o possam ajudar: pode ser através do microcrédito, do comércio, da cooperação; carece de grandes investimentos a fundo perdido para

determinado tipo de infra-estruturas, mas que já está incluído no negócio que faz comigo.

«Em Cabo Verde, não existe um bom aeroporto na ilha da Boavista. Mas quem quiser investir em Cabo Verde, pode pensar desta maneira: pode investir numa empresa de turismo na ilha da Boavista, ao mesmo tempo que doa X para apoiar obras de requalificação do aeroporto da ilha.

«Daqui a dez anos, esse investidor passará a ser um parceiro privilegiado: porque mandou construir infra-estruturas básicas; porque protagonizou medidas necessárias antes de outros investidores se sentirem atraídos pelas novas e melhores condições que a ilha agora oferece; porque conhece melhor o terreno; porque já estabeleceu contactos – os outros investidores tem de se entender comigo, se desejarem entrar no mercado.

«Ou seja, o capital inicial que aplicou foi entretanto recuperado (em meia dúzia de anos), mas, naquele mercado, o investidor mantém-se activo e em situação de privilégio, durante mais uns vinte ou trinta anos.

«Portanto, solidariedade implica a aceitação que só promovendo um desenvolvimento global é que ganhamos todos.

«Outra perspectiva é confessar que eu vivo num mundo em que só estou interessado em ganhar, transformo-me numa grande potência e recolho os olhos do resto do planeta; mas num mercado mundial em que não posso negociar porque as infra-estruturas são tão fracas, que os outros não podem pagar-me; não amplio o meu mercado, e acabo por gerar um ciclo vicioso.»

MSG: *O próprio projecto da Macaronésia, dinamiza talvez um pouco o conceito de solidariedade entre os arquipélagos de Cabo Verde, das Canárias, da Madeira e dos Açores). Cabo Verde entende a Macaronésia como uma ponte para a União Europeia?*

EJS: «De certa forma, até é. Mas o Governo de Cabo Verde não apresentou nenhum projecto no sentido de Cabo Verde se candidatar à União Europeia. Trata-se de um erro de interpretação dos meios de comunicação. Temos de ter a noção da realidade. Actualmente, e do ponto de vista formal/legal, Cabo Verde não é candidato plausível à União Europeia.

«Mas pode haver uma aproximação, do ponto de vista comercial. Há questões de afinidade ambiental e cultural com a União Europeia; mesmo ao nível da segurança, em sentido amplo, de conseguir zelar pelo bem-estar do cidadão.

«O primeiro parceiro de Cabo Verde, a Norte, é a Europa. Não somos um país remoto. A Norte, a nossa “fronteira” é com a Espanha (com as ilhas Canárias) – não é com o Senegal, com o Brasil ou com a China.

«Cabo Verde quer potenciar essa proximidade à União Europeia, ser um parceiro útil, até no âmbito dos acordos de Lomé. Não queremos um mero quadro de “disponibilidade para cooperar”, investimos num quadro de “parceria estratégica e dinâmica” com a União Europeia.»

MSG: *É possível que no decurso da Presidência Portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, se realize uma agenda africana, com reuniões entre Estados-membros da União Europeia e países africanos. Pode haver aqui uma oportunidade?*

EJS: «Certamente. Cabo Verde tem tido sempre uma relação privilegiada com Portugal, no seio das relações Norte/Sul, Sul/Norte, ou com os outros países lusófonos. Lisboa é uma passagem obrigatória.

«Nesse esforço, Portugal tem tido uma importância muito grande para Cabo Verde. Foi o nosso parceiro inicial, o amigo mais próximo no caminho da aproximação de Cabo Verde à União Europeia.

«Agora que já fizemos o nosso caminho e já não estamos limitados ao corredor português, Portugal tem sido uma voz presente nos diferentes foros – no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia – a favor de questões do interesse de Cabo Verde – para além de um conselheiro atento.

«Durão Barroso, o actual Presidente da Comissão Europeia, é um grande amigo de Cabo Verde – já visitou as ilhas várias vezes, enquanto titular de diferentes cargos – já trabalhamos com ele, e bem, em várias situações, e nós contamos com a sua solidariedade.

«A diplomacia portuguesa conhece-nos muito bem e vice-versa. A Presidência Portuguesa da União Europeia, será mais um espaço aberto, uma oportunidade para Cabo Verde.»

MSG: *Também há desvantagens nessa relação?*

EJS: «Desvantagens na relação entre Cabo Verde e Portugal? Acho que o saldo é positivo. Para Cabo Verde, Portugal é um caso resolvido. Pelo menos em termos de poderes públicos, Cabo Verde ultrapassou os ressentimentos coloniais.

«Não é dizer que não houve problemas. Em Portugal, às vezes há tendência para dizer que fizemos todas as coisas bonitas. É mentira. O colonialismo foi o processo muito complicado. Durante várias centenas de anos, Cabo Verde viveu crescimentos populacionais negativos porque morria gente à fome. Portugal – não os portugueses em geral, mas a autoridade portuguesa – era o principal empecilho para que se procurassem apoios e soluções para o crescimento económico, para a viabilidade das ilhas.

«O colonialismo deixou marcas muito profundas na História de Cabo Verde. Mas tivemos um homem brilhante, único, que se chamou Amílcar Cabral que, por sinal e ainda bem, viveu em Portugal enquanto estudante e conseguiu aperceber-se de uma dicotomia que foi peça-chave do nosso sucesso: a nossa luta não é contra os portugueses, mas contra o colonialismo português. Até nos seus estudos, Amílcar Cabral concluiu que o colonialismo era tão inimigo dos cabo-verdianos, como dos próprios portugueses.

«Portugal e Cabo Verde enfrentam problemáticas comuns. Dissociamo-nos da ficção do colonizador solidário, mas também da ideia de que Portugal apenas nos roubou, o que nos permite construir uma relação de saldo positivo.

«Apesar das nossas dificuldades, há muitos comerciantes portugueses a investir em Cabo Verde. Os mercadores brasileiros talvez vendam mais barato, mas os cabo-verdianos preferem talvez comprar em Portugal. O sistema financeiro português é mais vantajoso, pode-se pagar a 30 dias (no Brasil tem de se pagar a pronto). Há confiança recíproca entre Portugal e Cabo Verde, e parece haver um conhecimento mútuo forte – o edifício existe e significa alguma coisa, há que preservá-lo.

«Os caixeiros-viajantes portugueses continuam a beneficiar de vantagens em Cabo Verde, por conhecerem melhor o terreno e possuírem os contactos. Mas os comerciantes portugueses mais jovens precisam continuar a visitar África, para que a vantagem dos seus predecessores seja salvaguardada – ou acabarão por perdê-la no futuro, a favor de comerciantes de outros países.

«Um certo empresariado português ainda existe em Cabo Verde. Mas o que é que os portugueses fizeram, entretanto, para se posicionar nas ilhas? Há muitos organismos a fazer cacofonia em África. No âmbito da política externa, os instrumentos que Portugal dinamiza em certos destinos africanos são muito fracos. Portugal não detém grande capital para investir nesses países.»

MSG: *Essa questão pode ser minorada através da relação empresários/embaixadas?*

EJS: «O empresário pode perder a oportunidade, se levar muito tempo com burocracias. O empresário só vai ter com a embaixada quando tem problemas, ou quando reconhece essa instituição como uma mais-valia.

«A Câmara de Comércio faculta informação de base mas, depois de uma primeira fase, o empresário tem de procurar sozinho a sua vida.

«Os instrumentos à disposição nas embaixadas, precisam estar um passo à frente do empresariado. Deve haver informação actualizada, consoante o fim que o empresário tem em vista.

«As embaixadas lembram a existência de seminários e encontros entre agentes económicos. Mas tempo é dinheiro e o empresário não pode perder tempo em seminários que não potenciem resultados práticos. Tendência monocromática das instituições.

«Quem precisa de agir, nem sempre tem tempo para a *conversa*. Admite a possibilidade de assistir ao seminário se for para ganhar com isso: saber quais os sectores com potencialidades, quais os contactos a dinamizar, quais as leis em vigor, etc. Se a embaixada indicar ao empresário actividades úteis, pode contribuir para a credibilidade da instituição.»

MSG: *Muito bem, há mais alguma questão que o Sr. Conselheiro gostasse de abordar, para rematar a nossa entrevista?*

EJS: «Talvez no âmbito da Segurança. Cabo-Verde é um arquipélago central no oceano Atlântico, que fica entre a África e a Europa, mas também entre a América e a Europa. Essas ilhas vivem alguma *vulnerabilidade*, enfrentam dificuldades decorrentes das redes

do narcotráfico. Há uma certa ilusão na sociedade cabo-verdiana, que vive níveis de vida acima das suas possibilidades, com base em padrões externos aos quais deseja aspirar, com os quais se quer comparar.

«Portanto, há uma desvantagem líquida entre as potencialidades positivas dessa centralidade geográfica no Atlântico, e as vulnerabilidades que resultam do narcotráfico e do crime organizado. Cabo Verde é um ponto de passagem entre a América Latina e a Europa (Portugal ou Espanha). Mais do que o Senegal, a nossa vizinha é a Espanha.

«Ao pedir auxílio para preservar a Segurança em Cabo Verde, passou a haver presença naval estrangeira em zona exclusiva de Cabo Verde, o que é muito perigoso para nós, porque começam a conhecer as áreas em que se movimentam. Enquanto são forças aliadas de países amigos, tudo bem, mas e se deixarem de o ser?»

MSG: *Mas Cabo Verde não é um país africano que vive em paz, sem conflitos internos, que salvaguarda a estabilidade política e social? Não são condições que atraem o investidor estrangeiro a apostar em Cabo Verde?*

EJS: «Cabo Verde tem assumido uma trajectória inteligente, ao evitar descambar em conflitos armados, ao apostar na Democracia e na Educação – a sua mão-de-obra é qualificada, ou melhor, letrada.

«Mas os conflitos armados africanos resultaram quase sempre de dilemas étnicos, que Cabo Verde nunca teve. E os conflitos geram-se nas fronteiras, e Cabo Verde também não tem fronteiras terrestres – é um arquipélago. Logo, à partida, não haveria razões para haver guerra na nossa terra.»

MSG: *Muito obrigada, Sr. Conselheiro Eduardo Jorge Silva.*